

JORNAL DA TARDE

A ministra Zélia não se
esforçou para agradar aos credores
em seu discurso no FMI

Um duro recado aos bancos. E o acordo fica mais difícil.

FÁBIO PAHIM JR., DE WASHINGTON.

A ministra Zélia Cardoso de Mello evitou dar qualquer indicação sobre a estratégia brasileira para discutir com os bancos credores a questão dos juros atrasados. "Nós queremos resolver a questão dos atrasados, e queremos resolver todos os problemas", disse Zélia após pronunciar um duro discurso no comitê interino, o principal órgão de assessoramento do FMI. "Uma das mais sérias limitações à presente estratégia é que ela é ainda muito dependente dos juros dos bancos comerciais." Questionada pelos jornalistas, a ministra respondeu que as declarações das autoridades dos países desenvolvidos "refletem a preocupação (deles) em resolver a questão dos atrasados". Zélia comentou outro discurso que fez nas reuniões preliminares à assembleia anual do FMI-Banco Mundial: "É um discurso firme, como tudo o que esse governo faz".

O Brasil não faz força para sair de Washington como o sócio bem comportado, que aceita as regras ditadas pelos parceiros mais velhos — e mais ricos. O chamado G-7, grupo de ministros e presidentes dos bancos centrais dos países mais ricos do mundo ocidental (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá) criticou nominalmente o País este fim de semana. "Os ministros e governadores reafirmam seu apoio ao caminho estreito da estratégia da dívida. Eles saúdam o recente progresso, que permitiu concluir o pacote com os bancos comerciais feito pela Venezuela, e esperam que o Brasil resolva seus atrasos com os credores externos no contexto da adoção de um acordo formal com o FMI", diz o documento do G-7.

Zélia já conversou com o secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, e com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet. A dívida atrasada brasileira com os membros do Clube de Paris é de cerca de US\$ 1 bilhão e o País quer um esquema de pagamento mais favorável, mas a ministra espera uma proposta de Trichet "ainda nesta reunião".

A limitação brasileira está definida nas palavras do embaixador para a dívida externa, Jório Dauster: "O Brasil não tem como pagar toda a dívida. Nós nos endividamos além da capacidade". Marcos Gianetti Fonseca, secretário de Planejamento do Ministério da Economia acrescenta: "A conta de juros do governo brasileiro, interna e externa, levaria 4,7% do PIB do orçamento, contra uma receita tributária de 7,4%. Ou seja, não é compatível com um programa de estabilização".

Datas

A data-limite para que o Bra-

Zélia eleva o tom e critica o imediatismo dos bancos

Amparada por uma ordem do presidente Fernando Collor, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, respondeu ontem às pressões públicas dos países industrializados para que o Brasil resolva o problema dos juros atrasados aos credores externos criticando a estratégia de negociação da dívida por eles patrocinada. "Governos, que deveriam ter uma perspectiva de longo prazo de seus interesses nacionais, políticos e, econômicos, freqüentemente não fizeram o suficiente quando confrontados com a visão de curto prazo de alguns segmentos da comunidade bancária", disparou a ministra em seu discurso perante o Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional.

Zélia lembrou que o Brasil está executando um programa de reformas econômicas sem precedentes, e reclamou compreensão: "A comunidade financeira internacional não deve pressionar por um serviço da dívida que exceda a capacidade de um país devedor".



Zélia critica a
posição dos credores:
visão imediatista.

sil se acerte com os bancos internacionais, em especial os norte-americanos, é dezembro. Até lá, voltará a reunir-se o Icerc, o organismo oficial que avalia os créditos e já rebaixou o Brasil, há alguns meses. Os bancos que têm empréstimos com o Brasil são obrigados a considerar 20% perdidos, mas na próxima rodada — que só existirá se o Brasil continuar sem pagar nada aos bancos — o percentual subirá a 40%. É mau para os bancos, que devem aumentar as provisões para os empréstimos feitos ao País, e mau para o Brasil, que paga juros mais altos quando aumenta a desconfiança dos credores. Em dezembro também está prevista a primeira parcela de desembolsos do empréstimo **stand-by** que o Brasil está pedindo ao Fundo. O crédito pedido é de US\$ 2 bilhões e a primeira parcela pode corresponder a algo entre 35% e 40% do total. Mas o empréstimo depende da aprovação do **board** (a diretoria) do FMI, o pedido só chega ao **board** encaminhado pelo diretor-gerente Camdessus, e Camdessus não deverá enviá-lo se não houver negociações avançadas e de boa fé com os bancos — como ele mesmo afirmou na quinta-feira em Washington.

O Brasil sai, portanto, da agenda de eventos felizes do FMI — algo que o Fundo gosta de fazer a cada ano por ocasião da assembleia-geral. O mais provável é que os países mais atingidos pelo choque do petróleo sejam os favorecidos. Nações como o Egito, a Jordânia e o Paquistão, além da Índia são extremamente afetadas pela crise do Golfo Pérsico. O Egito, por exemplo, já recebeu de volta 1 milhão de trabalhadores que estavam no Iraque e no Kuwait, e o presidente norte-americano George Bush está propondo ao Congresso perdoar uma dívida de US\$ 7 bilhões com os Estados Unidos. Os países da Europa Oriental também se aproximam do FMI e do Banco Mundial, e a União Soviética está com uma delegação em Washington — embora não tenha pedido sua entrada, ao contrário da Checoslováquia e da Bulgária.

O discurso de Zélia ao Comitê Interino do FMI indica que o governo está preparado para uma prolongada e difícil negociação com os credores externos — e para começar numa posição relativamente mais fraca, sem ter conseguido assegurar o apoio claro do FMI. Perguntado ontem se depois de sua conversa com Zélia, no sábado, estava preparado para enviar o programa brasileiro à diretoria, o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, disse: "Isso eu não posso responder".

A data proposta para a primeira rodada de negociações com os bancos credores é o dia 10 de outubro, informou ontem o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, depois de um encontro com o presidente do comitê, William Rhodes, executivo do Citicorp. Até lá, informou ele, o Brasil decidirá quais os bancos que convidará, além dos 16 atuais, para integrar o comitê, presidido pelo Citicorp.

Paulo Sotero, de Washington.